澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Já em 2013, falava o ex-Secretário para a Economia e Finanças em colmatar lacunas para impedir a entrada em Macau de pessoas, na qualidade de visitantes, para a procura de emprego, e em restaurar a ordem no mercado dos trabalhadores domésticos que está num caos, mas só no ano passado é que o Governo lançou um texto para consulta com três soluções para a optimização do mecanismo de importação de trabalhadores domésticos. Como na auscultação pública não se conseguiu reunir o consenso da sociedade, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais avançou por sua iniciativa, em meados do mês anterior, com um estudo sobre a obrigatoriedade de os trabalhadores não residentes indiferenciados e os empregados domésticos obterem junto dos Serviços de Migração um título que os habilite a entrar em Macau e a obter a emissão de autorização de permanência (com excepção da renovação)[1]. Porém, esta solução para regulamentar a procura de emprego por parte dos visitantes não é mais do que uma vertente para restaurar a ordem no mercado dos trabalhadores domésticos, mas em nada resolve as questões que mais preocupam os empregadores, nomeadamente, em termos de nível de capacidade de trabalho, alojamento fora do local de trabalho e encargos com os transportes,

[1] Rádio "Ou Mun Tin Toi", 17-01-2017.

立法會 格式六
A-4 規格印件 2015年6月

pois nenhuma solução foi avançada para dissipar as suas eventuais dúvidas sobre estas matérias.

No processo de consulta pública, afirmava o Governo que, ao regulamentar a contratação dos trabalhadores domésticos, iria também determinar que o recrutamento teria de ser processado por agências de emprego licenciadas. Na altura, não poucos empregadores apontaram que esta solução, também em vigor em Hong Kong, não só arrasta o processo de recrutamento, mas ainda prejudica os seus interesses, caso as agências de emprego não cumpram as normas. E mais, Macau não dispõe de acordos formais com os países exportadores de empregados domésticos, pois a via formal para o seu recrutamento depende das agências de emprego de Hong Kong licenciadas, por isso os empregadores estão deveras preocupados, receando que essa solução possa contribuir para criar vazios em termos de recursos humanos, bem como atrasos no tempo.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. O facto de se admitir a procura de emprego por parte dos visitantes provoca caos no mercado, situação esta que tem perdurado no tempo sem que o Governo avance com uma solução. Qual o ponto de situação sobre os seus avanços?

2. Relativamente às preocupações dos empregadores de que o recrutamento tenha de ser processado por agências de emprego licenciadas, e tendo em conta as situações de outros países e regiões onde as agências

立法會 格式六

A-4 規格印件 2015年6月

de emprego são as designadas pelos países e regiões exportadores, não é menos importante a regulamentação das agências de emprego. Se bem que o Governo tenha prometido elevar os montantes das multas e aditar normas sobre a supervisão, o certo é que deixa ainda longe de poder afastar as preocupações dos empregadores. Como é que poderão ser salvaguardados os direitos e interesses dos empregadores, através da introdução de alterações ao "Regime de licenciamento das agências de emprego", para que estas possam desenvolver as suas utilidades no apoio a prestar aos empregadores no recrutamento de trabalhadores domésticos adequados?

3. Em termos de restauração da ordem no mercado dos trabalhadores domésticos, a regulamentação da procura de emprego por parte dos visitantes é apenas uma solução que não resolve de vez o problema. Vai o Governo alterar também as correspondentes normas da Lei de Contratação de Trabalhadores Não Residentes, de forma a responder às solicitações dos empregadores, no que toca à capacidade de trabalho, alojamento e encargos de transporte?

24 de Fevereiro de 2017

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Wong Kit Cheng

立法會 格式六

A-4 規格印件 2015年6月